D.O.M.

Estado do Rio de Janeiro, 30 de maio de 2022. Secretaria de Comunicação

Diário Oficial do Município de Mangaratiba

Endereço: Praça Robert Simões, nº 92 - Centro - Mangaratiba - RJ
Telefone: (21) 2789 6000 • Site: http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal

PREFEITURA
MANGARATIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO

Ano XVIII Edição Nº
1598

Alunos participam do Festival Interativo de Música e Arquitetura

A apresentação musical do grupo Art Metal Quinteto foi intercalada com palestras da historiadora de Mangaratiba, Mirian Bondim, e do arquiteto e professor da UFRJ, Cristóvão Duarte



Nesta segunda-feira (30), Mangaratiba recebeu o Festival Interativo de Música e Arquitetura (FIMA). O evento foi realizado no Casarão do Sahy e reuniu alunos do 3º ao 5º ano da rede municipal de ensino e moradores para uma apresentação recheada de história e música.

A apresentação musical do grupo Art Metal Quinteto foi intercalada com palestras da historiadora de Mangaratiba, Mirian Bondim, e do arquiteto e professor da UFRJ, Cristóvão Duarte. Os palestrantes contaram histórias sobre Mangaratiba e região e as atividades exercidas no Casarão do Sahy pelos negros que foram escravizados.

"Agradecemos muito por esse festival importante acontecer em Mangaratiba e pelos nossos alunos terem a oportunidade aprender de forma tão interativa sobre a história do município. Esperamos que mais parcerias voltadas à cultura aconteçam", comentou a Secretária de Educação, Esporte e Lazer, Brena Maia.

O FIMA presenteou os professores de todas as turmas presentes com um óculos de realidade virtual, que serão utilizados com os alunos em sala de aula. Alunos das Escolas Municipais Caetano de Oliveira (Itacuruçá), Nossa Senhora das Graças (Muriqui), Maria Helena Ferrazzani (Ibicuí), Maria Augusta Lopes (Centro), Diogo Martins (Nova Mangaratiba) e CIEP 294 (Praia do Saco) participaram do evento.

O Festival Interativo de Música e Arquitetura (FIMA) é uma realização do Ministério do Turismo com o patrocínio do Instituto Cultural Vale - por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, e apoio da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Atos da Prefeitura

EXTRATO DO CONTRATO N° 73A/2022 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4290/2021 - PARA FINS DE PUBLICAÇÃO.

Contratante: MUNICIPIO DE MANGARATIBA
Contratado: ALPHAGARTAS DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA
Fundamentação Legal: Lei federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Objeto: O presente Contrato tem como objeto a aquisição de material de informática referente aos itens 7 e 10 descritos no Termo de adjudicação.
Prazo: O prazo do contrato será de 60 (sessenta) dias.
Valor: Dá-se a este contrato o valor global estimado em R$ 16.183,50 (dezesseis mil, cento e oitenta e três reais e cinquenta centavos).

Dotação Orçamentária: n° 04.01.01.08.244.0017.2044.4.4.90.52.99.156 e 04.01.01.08.244.0017.2044.3.3.90.30.99.142.
Data da Assinatura: Mangaratiba, 19 de maio de 2022.

EXTRATO DO CONTRATO N° 76/2022 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1252/2022 - PARA FINS DE PUBLICAÇÃO.

Contratante: MUNICIPIO DE MANGARATIBA
Contratado: SMART LINK SOLUÇÕES EIRELI
Fundamentação Legal: Lei federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Objeto: O presente Contrato tem como objeto a Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia para execução da "IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA - RJ" proveniente de Contrato de Repasse nº 899290/2022 operação 1071167-71, destinado ao Programa "Hora do Turismo".

Prazo: O prazo do contrato será de 04 (quatro) meses.
Valor: Dá-se a este contrato o valor global estimado em R$ 521.039,41 (quinhentos e vinte um mil, trinta e nove reais e quarenta e um centavos).

Dotação Orçamentária: n° 02.17.01.04.122.0019.2003.3.3.90.39.00.121.
Data da Assinatura: Mangaratiba, 27 de maio de 2022.

EXECUTIVO

Prefeito
Alan Campos da Costa

Vice-Prefeito
Alcimar Moreira Carvalho

Chefe Geral de Gabinete
Marcio Ferreira (interina e cumulativamente)

Secretário Municipal de Governo, Desenvolvimento Econômico e Relações Institucionais
Rômulo dos Santos Nogueira

Secretário Municipal de Ciência e Tecnologia
Antônio Carlos Aniceto

Procuradora Geral do Município
Juraciára Souza Mendes da Silva

Secretário Municipal de Administração
Jonathan Marins Aguiar

Secretário Municipal de Compras e Suprimentos
Marcio Sarguis Telhado

Controlador Geral do Município
Jeferson Teixeira Terra

Secretário Municipal de Obras e Urbanismo
Marcio Souza Gomes

Secretário Municipal de Habitação
Marcio Ferreira (interina e cumulativamente)

Secretário Municipal de Serviços Públicos
Fabio Ferreira

Secretário Municipal de Transportes
Eduardo Estrela dos Santos

Secretário Municipal de Fazenda
Marcio Ferreira

Secretário Municipal de Finanças e Planejamento
Marcos Antonio Sousa de Oliveira

Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
Eduardo Ferreira Jordão

Secretário Municipal de Meio Ambiente
Antonio Marcos Barreto

Secretário Municipal de Agricultura e Pesca
Alex Brzeski Barbosa

Secretário Municipal de Turismo e Cultura
Fernando Luis Mattos da Matta

Secretário Municipal de Eventos
Roberto Carlos de Assis Monsores

Secretário Municipal de Segurança e Trânsito
Norberto Alexandre da Silva Marques Costa

Secretário Municipal de Ordem Pública
Braz Marcos da Silva Marques

Secretária Municipal de Saúde
Sandra Castelo Branco Gomes

Secretário Municipal de Defesa Civil
Eduardo Barbosa Carvalho

Secretário Municipal de Educação, Esporte e Lazer
Brena da Costa Maia

Secretário Municipal de Comunicação
Roberto de Castilho Barbosa

Presidente do Instituto José Miguel
Ana Paula Soares Barcelos

Presidente da Fundação Mário Peixoto
Jefferson Dias Ricardo

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Mangaratiba
Sidney Marcello Filho

Presidente da Empresa Pública de Transportes de Mangaratiba

LEGISLATIVO

Presidente
Renato José Pereira

Vice Presidente
Wladimir da Conceição Pereira

1° Secretário
Cecília Ribeiro Cabral

2° Secretário
Nielson Kopke de Jesus

Vereadores:
Ailton Soares Junior
Alessandro Portugal
Cecília Ribeiro Cabral
Doriedson Thimoteo da Costa
Hugo Dourado Graçano
João Fellippe de Souza Oliveira
Josué dos Santos
Leandro de Paula
Mair Bichara Araújo
Nielson Kopke de Jesus
Nilton Santiago
Renato José Pereira
Wladimir da Conceição Pereira

EXTRATO DO INSTRUMENTO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 017/2021, PREGÃO PRESENCIAL N° 09/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1118/2022 – ADESÃO N°10/2022- PARA FINS DE PUBLICAÇÃO.
Órgão Gerenciador: Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Belford Roxo - RJ

Fornecedor: TECNO VOLT SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E COMERCIO DE INFORMATICA E COMUNICAÇÃO LTDA

Objeto: O presente Instrumento tem por objeto a Adesão a Ata de Registro de Preços n° 017/2021 da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Belford Roxo - RJ oriundo do Proc. 07/0125/2020 para contratação de empresa especializada para locação de kits de monitoramento Sistema Integrado de CFTV, mediante prestação de serviços de locação, manutenção preventiva e corretiva do Sistema Integrado de segurança eletrônica, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, sendo o valor estimado equivalente à 50% (cinquenta por cento) sobre o valor total da referida ata.
Fundamentação legal: Lei n°8.666/93 e Decreto 4.595/2021.
Prazo da Adesão: O prazo de vigência desta adesão é de 12 (doze) meses.

Data da Assinatura: Mangaratiba, 30 de maio de 2022.

ERRATA DE PUBLICAÇÃO, FACE AO ERRO DE DIGITAÇÃO.
Na Edição nº 1590, do Diário Oficial do Município no dia 18 de maio de 2022

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE DE CONTAS N° 004/2022, PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2597/2022.
ONDE SE LÊ:
OBJETO: (...) referente a 17 (dezessete) dias do mês de Julho de 2021, e aos meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro, de 2021.

LEIA-SE:
OBJETO: (...) referente a 17 (dezessete) dias do mês de junho de 2021, e aos meses de julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro, de 2021.

Mangaratiba, 30 de maio de 2022.

AVISO DE REVOGAÇÃO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10489/2021

A Prefeitura Municipal de Mangaratiba através de sua pregoeira vem informar a Revogação referente ao Pregão Presencial nº 011/2022,tendo como objeto a Contratação de empresa especializada para a elaboração de Projetos de Combate a Incêndio e Pânico (PCIP) na edificação da SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência Anexo I do Edital, por motivo de conveniência e oportunidade de interesse público conforme Art 49 da Lei Federal 8666/93.

Mangaratiba-RJ, 27 de maio de 2022.
Elen Garcia Machado
Pregoeira
Port. 3330/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
MANGARATIBA/RJ
Concurso Público 01/2021

GABARITO OFICIAL PRELIMINAR

Turno Matutino

AUXILIAR DE BERÇÁRIO
PROVA "A"

QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.
01	D	06	C	11	A	16	A	21	D
02	B	07	A	12	B	17	A	22	C
03	C	08	D	13	C	18	C	23	D
04	A	09	B	14	D	19	A	24	B
05	B	10	D	15	D	20	D	25	A

AUXILIAR DE BERÇÁRIO
PROVA "B"

QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.
01	C	06	C	11	A	16	A	21	D
02	D	07	A	12	B	17	A	22	C
03	C	08	D	13	C	18	C	23	D
04	A	09	B	14	D	19	A	24	B
05	B	10	D	15	D	20	D	25	A

www.ian.org.br
concursomangaratiba@ian.org.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE

MANGARATIBA/RJ

Concurso Público 01/2021

MERENDEIRA

PROVA "A"

QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.
01	D	06	C	11	A	16	C	21	C
02	B	07	A	12	B	17	B	22	D
03	C	08	D	13	C	18	D	23	D
04	A	09	B	14	D	19	C	24	A
05	B	10	D	15	D	20	B	25	B

MERENDEIRA

PROVA "B"

QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.
01	A	06	C	11	A	16	C	21	C
02	D	07	A	12	B	17	B	22	D
03	C	08	D	13	C	18	D	23	D
04	A	09	B	14	D	19	C	24	A
05	B	10	D	15	D	20	B	25	B

PREFEITURA MUNICIPAL DE

MANGARATIBA/RJ

Concurso Público 01/2021

INSPETOR DE ALUNOS

PROVA "A"

QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.
01	D	06	C	11	A	16	D	21	A
02	B	07	A	12	B	17	D	22	C
03	C	08	D	13	C	18	C	23	C
04	A	09	B	14	D	19	D	24	B
05	B	10	D	15	D	20	B	25	C

INSPETOR DEALUNOS

PROVA "B"

QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.
01	B	06	C	11	A	16	D	21	A
02	D	07	A	12	B	17	D	22	C
03	C	08	D	13	C	18	C	23	C
04	A	09	B	14	D	19	D	24	B
05	B	10	D	15	D	20	B	25	C

www.ian.org.br
concursomangaratiba@ian.org.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE

MANGARATIBA/RJ

Concurso Público 01/2021

RECEPCIONISTA

PROVA "A"

QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.
01	D	06	C	11	A	16	A	21	C
02	B	07	A	12	B	17	D	22	D
03	C	08	D	13	C	18	B	23	C
04	A	09	B	14	D	19	D	24	B
05	B	10	D	15	D	20	C	25	C

RECEPCIONISTA

PROVA "B"

QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.
01	B	06	C	11	A	16	A	21	C
02	D	07	A	12	B	17	D	22	D
03	C	08	D	13	C	18	B	23	C
04	A	09	B	14	D	19	D	24	B
05	B	10	D	15	D	20	C	25	C

PREFEITURA MUNICIPAL DE
MANGARATIBA/RJ
Concurso Público 01/2021

Turno Vespertino

AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR
PROVA "A"

QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.
01	A	06	D	11	A	16	A	21	C
02	D	07	B	12	B	17	A	22	A
03	A	08	B	13	C	18	D	23	A
04	B	09	B	14	B	19	C	24	B
05	C	10	C	15	D	20	D	25	D

AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR
PROVA "B"

QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.
01	D	06	D	11	A	16	A	21	C
02	B	07	B	12	B	17	A	22	A
03	A	08	B	13	C	18	D	23	A
04	B	09	B	14	B	19	C	24	B
05	C	10	C	15	D	20	D	25	D

www.ian.org.br
concursomangaratiba@ian.org.br

5

PREFEITURA MUNICIPAL DE
MANGARATIBA/RJ
Concurso Público 01/2021

SERVENTE ESCOLAR
PROVA "A"

QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.
01	A	06	C	11	C	16	D	21	B
02	B	07	C	12	A	17	C	22	C
03	D	08	D	13	B	18	D	23	D
04	C	09	A	14	B	19	B	24	C
05	D	10	A	15	D	20	C	25	A

SERVENTE ESCOLAR
PROVA "B"

QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.	QUEST.	GAB.
01	D	06	C	11	C	16	D	21	B
02	C	07	C	12	A	17	C	22	C
03	D	08	D	13	B	18	D	23	D
04	C	09	A	14	B	19	B	24	C
05	D	10	A	15	D	20	C	25	A

Mangaratiba/RJ, 30 de maio de 2022.

www.ian.org.br
concursomangaratiba@ian.org.br

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Gabinete do Prefeito

TERMO DE CESSÃO, TEMPORÁRIA, DE BENS IMOVEIS / PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA.

DAS PARTES

MUNICÍPIO DE MANGARATIBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 29.138.310/0001-59, com sede à Praça Robert Simões, 92 - Centro - Mangaratiba - RJ - CEP: 23.860-000, doravante denominado CEDENTE, representado por seu Prefeito, o **Senhor ALAN CAMPOS DA COSTA**, brasileiro, portador do CPF/MF nº 074.355.137-09, residente e domiciliado à Rua Estrada RJ 14, n° 90, CASA 11 – Alto de Ibicuí, Mangaratiba/RJ, doravante denominada **CEDENTE**, e

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE - AGÊNCIA ITAGUAI, Inscrito no CNPJ/MF sob o n°3387094/0022-74, com sede à Estrada Ari Parreira, 504, Centro de Itaguaí - RJ, neste ato devidamente por seu Coordenador de Área o Senhor **MIRALDO FERNANDES RIBEIRO**, servidor de Carreira do IBGE, matricula 772669, brasileiro, portador do CPF /MF 808.124.147.72, residente e domiciliado à Rua Visconde Araguaia nº 398, Santa Cruz, Rio de Janeiro, CEP: 23515-170, **CESSIONÁRIO**, neste ato devidamente representado, têm entre si ajustado a presente **CESSÃO DE USO**, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a cessão de uso, em favor do **CESSIONÁRIO**, do(s) bem(ns) imóvel(is) pertencente(s) à **CEDENTE** e descrito(s) no **ANEXO ÚNICO** que ficará(ao) cedidos, pelo prazo de 08 meses, para instalação dos **Posto de Coleta de dados do Censo Demográfico 2022,** a contar da data de sua assinatura do presente termo e

1

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Gabinete do Prefeito

O prazo poderá ser prorrogado mediante termo aditivo, desde que o **CESSIONÁRIO** manifeste formalmente o seu interesse com antecedência de, no mínimo, 60 dias antes do término da vigência deste instrumento e seja aceito pela **CEDENTE**.

O **CESSIONÁRIO** poderá, a qualquer momento, solicitar a revogação o presente TERMO DE CESSÃO de uso dos imóveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO

Constituem obrigações do **CESSIONÁRIO**:

Zelar pela integridade do(s) bem(ns), conservando-o(s) em perfeito estado;

Devolver o(s) bem(ns) imóveis objeto da cessão em perfeitas condições, ressalvado o desgaste normal do(s) mesmo(s), tanto na hipótese de término do prazo, como na hipótese de sua revogação;

Permitir à **CEDENTE** a fiscalização do(s) bem(ns);

CLÁUSULA TERCEIRA – PRECARIEDADE DA CESSÃO

O **CESSIONÁRIO** reconhece o caráter precário da presente Cessão de Uso, que poderá ser revogada a qualquer tempo pelas partes **CEDENTE/CESSIONÁRIO**, sem qualquer ônus para as partes.

CLÁUSULA QUARTA – FORO

Fica eleito o foro do Município de Mangaratiba, do Estado do Rio de Janeiro, como competente para julgar dúvidas ou controvérsias que não puderem ser resolvidas amigável e administrativamente pelas partes.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Gabinete do Prefeito

E, por estarem justas e acordadas, firmam o presente **Termo de Cessão de Uso** de bem(ns) em três vias de igual teor e forma, acompanhadas das testemunhas abaixo subscritas:

Mangaratiba, 09 de maio de 2022.

ALAN CAMPOS DA COSTA
CPF/MF nº 074.355.137-09

MIRALDO FERNANDES RIBEIRO
CPF /MF 808.124.147.72

Testemunhas:

1.

2.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Gabinete do Prefeito

ANEXO ÚNICO

Termo de Cessão, Temporária, de Bem Público Municipal.

1. **Considerando a extensão geográfica do Município de Mangaratiba, composta por 06 distritos e aproximadamente cerca de 10 ilhas habitadas cujo acesso se dá via rodovia federal e mar;**
2. **Considerando que o número de habitantes é fator determinante para os cálculos dos repasses do Governo Federal para os municípios;**
3. **Considerando que os investimentos nas áreas de saúde, educação e assistência social sofrem impacto com a ausência do Censo Demográfico que é realizado a cada 10 anos pelo IBGE;**
4. **Considerando que a realização do Censo Demográfico será no ano de 2022;**
5. **Considerando o narrado e solicitado no Ofício IBGE/EU/RJ Nº 10/22;**
6. **Considerando a necessidade de instalação de dois postos de coletas do Censo Demográfico 2022 no Município de Mangaratiba;**
7. **Autorizo, a título de Cessão de Uso Sem Ônus, pelo periodo de maio a dezembro de 2022, dos seguintes espaços Públicos:**
8. **Parte da Antiga Sala da Divida Ativa, situada no Térreo da Sede da Prefeitura Municipal de Mangaratiba, térreo, Praça Robert Simões, nº 92 – Centro – Mangaratiba/RJ - Cep: 23860-000 e;**

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Gabinete do Prefeito

9. Imóvel situado ao lado da biblioteca, Avenida das Nações Unidas, Muriqui, 4º Distrito do Município de Mangaratiba.

10. A prefeitura arcará com:

10.1. Consumo de água, energia e dados durante a realização dos levantamentos dos dados pelo IBGE;

10.2 Instalação e assistência técnica de dois links exclusivo de acesso a internet nos dois pontos de apoio;

10.3 Revisões das instalações elétricas;

10.4 Revisões das instalações hidráulicas nos banheiros do ponto de Muriqui;

10.5 acessos aos banheiros de uso comum no ponto do Centro de Mangaratiba;

10.6 entregar os imóveis higienizado e em boas condições para o uso durante pelo período de até 8 meses.

10.7 prestar assistência e manutenção das instalações hidráulicas, elétricas e refrigeração e;

10.8 designar dois servidores para serem os responsáveis pelo acompanhamento da execução do TERMO DE CESSÃO TEMPORÁRIA DE BENS PATRIMONIAS DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA.

Mangaratiba, 09 de Maio de 2022.

ALAN CAMPOS DA COSTA
CPF/MF nº 074.355.137-09

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

DECRETO N.º 4.691, DE 20 DE MAIO DE 2022.

"REGULAMENTA A APLICABILIDADE DO ART. 14, INCISO VII DA LEI FEDERAL 9.985/2000 PARA O MUNICÍPIO DE MANGARATIBA. DISPÕE SOBRE A RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL – RPPN – COMO UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA DE PROTEÇÃO INTEGRAL NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA/RJ, ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA A SUA CRIAÇÃO E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DE MANGARATIBA, no uso do Poder Regulamentar que lhe é conferido pelo art. 92, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o art. 225 da Constituição Federal, o qual estabelece ser dever/direito de todos o meio ambiente equilibrado e, especialmente, em seu §1º, cominando determinações ao Poder Público para o atendimento deste fim;

CONSIDERANDO o art. 23, incisos VI e VII da Constituição Federal, que atribuem a todos os entes federativos o dever de zelar pelo meio ambiente, fauna e flora;

CONSIDERANDO o art. 30, inciso I da Constituição, o qual permite ao município legislar em assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO o art. 2º, inciso I da Lei Federal 6.938, de 31 de agosto de 1981, que determina aos entes participantes do SISNAMA que adotem ações governamentais para atingir o equilíbrio ambiental;

CONSIDERANDO a Lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2.000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza;

CONSIDERANDO o art. 14, inciso VII da Lei acima, que instituiu a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) como uma das modalidades de Unidade de Conservação de Uso Sustentável;

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

CONSIDERANDO o art. 21 da mesma Lei Federal 9.985/2000 menciona que a Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica;

CONSIDERANDO o Decreto Federal 1.922, de 05 de junho de 1996, que dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural;

CONSIDERANDO o Decreto Federal 4.340, de 22 de agosto de 2002, que Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC;

CONSIDERANDO o Decreto Federal 5.746, de 05 de abril de 2006, que regulamenta o art. 21 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual 40.909, de 17 de agosto 2007, que dispõe sobre a Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN – como unidade de conservação da natureza de proteção integral no território do Estado do Rio de Janeiro, estabelece critérios e procedimentos administrativos para a sua criação e estímulos e incentivos para a sua implementação e determina outras providências;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 1.209/2019, que instituiu o Código Ambiental Municipal, e as alterações introduzidas pela Lei Municipal 1.355/2021.

DECRETA:

CAPÍTULO I
Seção I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º- Este Decreto regulamenta a aplicabilidade, para o município de Mangaratiba, do artigo 14, inciso VII da Lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2.000, que instituiu a Reserva Particular do Patrimônio Natural como uma das espécies de Unidade de Conservação.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

§1º- A Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN é uma unidade de conservação de domínio privado, com o objetivo de conservar a diversidade biológica, gravada com perpetuidade, a ser especialmente protegida por iniciativa voluntária do proprietário do imóvel urbano ou rural, área total ou parcial, mediante reconhecimento do Poder Público Municipal.

§2º- As RPPN somente serão reconhecidas em áreas de posse e domínio privados.

Art. 2º- A RPPN será reconhecida no âmbito municipal como de Proteção Integral, na qualidade de Unidade de Conservação, após a constatação da existência de interesse público na conservação de sua biodiversidade.

Art. 3º- O reconhecimento, implantação e gestão das RPPN no Município obedecerão aos procedimentos fixados no presente Decreto, respeitados, supletivamente, os princípios constantes da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

Seção II

DOS OBJETIVOS E USO

Art. 4º- A RPPN só poderá ser utilizada para o desenvolvimento de pesquisas científicas e visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais previstas no seu plano de manejo.

§ 1º- Somente será permitida no interior da RPPN a realização de obras de infraestrutura que sejam compatíveis e necessárias com as atividades previstas no caput deste artigo.

§ 2º- É vedado o desenvolvimento de quaisquer atividades que comprometam ou alterem os atributos naturais da RPPN, justificadores da sua criação.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

Seção III

DA INSTITUIÇÃO

Art. 5º- A Secretaria Municipal de Meio Ambiente poderá prestar serviço técnico gratuito visando avaliar o interesse público no reconhecimento da RPPN Municipal, dando preferência aos requerimentos que correspondam a imóveis inseridos em áreas prioritárias para a conservação da natureza, mosaicos de áreas protegidas, zonas de amortecimento de outras unidades de conservação, em corredores ecológicos e outros que possa entender necessário.

Art. 6º- Poderá ser reconhecida a Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal em propriedade hipotecada, desde que o proprietário apresente anuência da instituição credora.

Art. 7º- A Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal poderá ser instituída em área de projetos oficiais de assentamento, desde que haja anuência do INCRA ou outro órgão público competente, bem como a expressa concordância, coletiva ou individualizada, dos assentados, sobre a manutenção do gravame de perpetuidade de proteção ambiental quando da plena emancipação do assentamento.

Art. 8º- A RPPN poderá ser criada abrangendo até 30% (trinta por cento) de áreas para a recuperação ambiental, com o limite máximo de mil hectares, a critério do órgão ambiental competente, observado o parecer técnico de vistoria.

§ 1º- A eventual utilização de espécies exóticas preexistentes, quando do ato de criação da RPPN, deverá estar vinculada a projetos específicos de recuperação previstos e aprovados no plano de manejo.

§ 2º- Os projetos de recuperação somente poderão utilizar espécies nativas dos ecossistemas onde está inserida a RPPN.

§ 3º- A instituição de RPPN poderá ser utilizada em substituição ao cumprimento da obrigação de compensar, instituída pela art. 121 da Lei Municipal 1.209/2019, e seus incisos, com alterações incluídas pela Lei Municipal 1.355/2021, a critério do órgão ambiental municipal, mediante decisão fundamentada.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

Art. 9º- A área de imóvel rural reconhecida como Reserva Particular do Patrimônio Natural poderá sobrepor, total ou parcialmente, a Reserva Legal ou as Áreas de Preservação Permanente previstas em normas legais.

Art. 10º- A RPPN poderá ser criada dentro dos limites de Área de Proteção Ambiental - APA, sem necessidade de redefinição dos limites da APA.

Art. 11º- Depois de averbada, a RPPN só poderá ser extinta ou ter seus limites recuados na forma prevista no art. 22 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000.

Seção IV

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECONHECIMENTO

Art. 12º- O proprietário interessado em ter seu imóvel, rural ou urbano, integral ou parcialmente, reconhecido como RPPN, deverá encaminhar requerimento a Secretária Municipal de Meio Ambiente, solicitando o reconhecimento da RPPN, segundo o modelo a ser instituído por Instrução Normativa a ser expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, na forma do artigo 261 da Lei Municipal 1.209/2019, e na seguinte forma:

I - o requerimento relativo à propriedade de pessoa física deverá conter a assinatura do proprietário, e do cônjuge ou convivente, se houver;

II - o requerimento relativo a propriedade de pessoa jurídica deverá ser assinado pelos seus membros ou representantes com poder de disposição de imóveis, conforme seu ato constitutivo e alterações posteriores; e

III - quando se tratar de condomínio, todos os condôminos deverão assinar o requerimento ou indicar um representante legal, mediante a apresentação de procuração.

§ 1º - O requerimento deverá estar acompanhado dos seguintes documentos:

I - Cópia das cédulas de identidade do proprietário; do cônjuge ou convivente; do procurador, se for o caso, e dos membros ou representantes, quando pessoa jurídica.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

II - Comprovante de quitação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) ou Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), conforme tratar-se de imóvel rural ou urbano.

III - Certificado do Cadastro do Imóvel Rural (CCIR), atualizado e quitado, quando se tratar de imóvel rural.

IV- Certidão de matrícula e registro do imóvel no qual se constituirá a RPPN, indicando a cadeia dominial válida e ininterrupta, trintenária ou desde a sua origem.

V - Certidão de ônus reais e ações reais e pessoais reipersecutórias sobre o imóvel.

VI - mapa dos limites do imóvel e da área proposta como RPPN, quando parcial, georreferenciado, indicando a base cartográfica utilizada e as coordenadas dos vértices definidores dos limites, assinado por profissional habilitado, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e seu comprovante de pagamento.

VII - memorial descritivo dos limites do imóvel e da área proposta como RPPN, quando parcial, georreferenciado, indicando a base cartográfica utilizada e as coordenadas dos vértices definidores dos limites, assinado por profissional habilitado, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e seu comprovante de pagamento.

VIII - cópia dos atos constitutivos e suas alterações, no caso de requerimento relativo a área de pessoa jurídica;

IX - cópia da certidão do órgão do Registro de Empresas ou de Pessoas Jurídicas, indicando a data das últimas alterações nos seus atos constitutivos, no caso de requerimento relativo a área de pessoa jurídica;

§2º- Deverá acompanhar a matrícula do imóvel, se for o caso, as anuências referentes a ônus ou quaisquer outras afetações existentes sobre o imóvel.

§3º- Por considerar as especificidades deste município, mediante despacho fundamentado do titular da Pasta Ambiental, algum(ns) do(s) documento(s) elencados no §1º deste artigo poderão ser condicionados a entrega posterior, ou isentos, a depender do caso concreto.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

§4º- As cópias exigidas neste artigo poderão ser autenticadas na forma art. 3º, inciso II da Lei Federal 13.726, de 08 de outubro de 2018.

Seção V
PROCEDIMENTO PARA O RECONHECIMENTO

Art. 13º- A Secretária Municipal de Meio Ambiente, quando requisitada, no prazo de noventa dias, contados da data de protocolização do requerimento, adotará o seguinte procedimentos para o reconhecimento da RPPN:

I - verificar a legitimidade e a adequação jurídica e técnica do requerimento, frente à documentação apresentada;

II - realizar vistoria técnica, *in loco*, na área proposta como RPPN, de acordo com os critérios estabelecidos em Instrução Normativa a ser expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, na forma do artigo 261 da Lei Municipal 1.209/2019; emitindo parecer conclusivo quanto à existência ou não de interesse público na instituição da RPPN.

III - realizar consulta pública sobre o reconhecimento da RPPN, da seguinte forma:

a) divulgar no Diário Oficial do Município ou outro meio de comunicação utilizado pela Prefeitura (caso não tenha Diário Oficial) a intenção do reconhecimento da RPPN;

b) disponibilizar no site oficial da Prefeitura Municipal, ou Diário Oficial Municipal, pelo prazo de vinte dias, informações sobre a RPPN proposta, bem como memorial descritivo georreferenciado e mapa de localização da reserva.

c) oficializar o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Órgão Estadual de Meio Ambiente sobre a consulta pública de reconhecimento da RPPN, apenas se a área se adequar ao que consta no art. 7º, inciso XIV e art. 8º, inciso XV da Lei Complementar 140, de 08 de dezembro de 2011.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

IV - aprovar ou indeferir o requerimento, ou, ainda, sugerir alterações e adequações à proposta;

V - notificar o proprietário, em caso de aprovação do reconhecimento da RPPN, que proceda à assinatura do Termo de Compromisso, e averbação deste junto à matrícula do imóvel afetado, no Registro de Imóveis competente, no prazo de sessenta dias contados do recebimento da notificação; e

VI - publicar a portaria de reconhecimento da RPPN, após a averbação do Termo de Compromisso à margem da escritura pública do imóvel, comprovada por certidão do Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 14º- A partir da publicação da consulta pública, a área não poderá ser afetada para outros fins até a conclusão da análise e definição de sua destinação, respeitando o prazo máximo de 90 (noventa) dias, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

Seção VI

DAS OBRIGAÇÕES DO PROPRIETÁRIO

Art. 15º- Caberá ao proprietário do imóvel:

I - assegurar a manutenção dos atributos ambientais da RPPN e sinalizar os seus limites, advertindo terceiros quanto a proibição de desmatamentos, queimadas, caça, pesca, apanha, captura de animais e quaisquer outros atos que afetem ou possam afetar a integridade da unidade de conservação;

II - submeter, à aprovação o plano de manejo da unidade de conservação, em consonância com o previsto no art. 27, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 9.985, de 2000; e

III - encaminhar, anualmente e sempre que solicitado, relatório da situação da RPPN e das atividades desenvolvidas.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

Seção VII

COMPETE A PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 16º- Caberá, no âmbito Municipal:

I - definir critérios para elaboração de plano de manejo para RPPN;

II - aprovar o plano de manejo da unidade de conservação;

III - manter atualizado no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) as RPPN Municipais, conforme previsto no art. 50 da Lei no 9.985, de 2000;

IV - vistoriar as RPPN periodicamente e sempre que necessário;

V - apoiar o proprietário nas ações de fiscalização, proteção e repressão aos crimes ambientais; e

VI - prestar ao proprietário, sempre que possível, conveniente e oportuno, orientação técnica para elaboração do plano de manejo.

Parágrafo único - A Secretária Municipal de Meio Ambiente, no âmbito do município, poderá credenciar terceiros com a finalidade de verificar se a área está sendo administrada de acordo com os objetivos estabelecidos para a Unidade de Conservação e seu plano de manejo.

Seção VIII

DO MONITORAMENTO

Art.17º- No exercício das atividades de vistoria, fiscalização, acompanhamento e orientação, a Secretária Municipal de Meio Ambiente, diretamente ou por prepostos formalmente constituídos, terá livre e irrestrito acesso à Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

Art.18º- Para fins de composição de cadastro, o Órgão Municipal competente comunicará o reconhecimento da RPPN ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e ao Órgão Estadual de Meio Ambiente disponibilizando, a portaria de criação, a certidão que comprova a averbação do Termo de Compromisso e o memorial descritivo georreferenciado da RPPN.

Art.19º- A RPPN deverá passar por monitoramento e avaliação, sendo os procedimentos, as variáveis e os métodos definidos pela Secretária Municipal de Meio Ambiente.

Parágrafo único - A área da RPPN que porventura tenha sido descaracterizada deverá ser recomposta por seu proprietário por meio de procedimentos técnicos e utilizando espécies nativas da região em que se encontra inseridas, sob pena da infração própria definida na Lei Municipal 1.209/2019.

Seção IX

DO PLANO DE MANEJO

Art.20º- A Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal deverá contar com Plano de Manejo, que será analisado e aprovado pela Secretária Municipal de Meio Ambiente.

§ 1º O Plano de Manejo deverá ser apresentado no prazo máximo de cento e oitenta dias a contar do reconhecimento da RPPN.

§ 2º- Até que seja aprovado o plano de manejo, as atividades e obras realizadas na RPPN devem se limitar àquelas destinadas a garantir sua proteção e a pesquisa científica.

§ 3º- A Secretaria Municipal de Meio Ambiente competente poderá fornecer, à conveniência e oportunidade, orientação técnica e científica para elaboração do Plano de Manejo.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

Art.21º- Somente será admitida na RPPN moradia do proprietário e funcionários diretamente ligados a gestão da unidade de conservação, conforme dispuser seu plano de manejo.

Parágrafo único - Moradias e estruturas existentes antes da criação da RPPN e aceitas no seu perímetro poderão ser mantidas até a elaboração do plano de manejo, que definirá sua destinação.

Art.22º - As construções e infraestrutura existentes antes da criação da RPPN, bem como aquelas necessárias ao seu manejo, poderão ser mantidas ou instaladas, conforme dispuser o seu Plano de Manejo.

Parágrafo único - A instalação de novas estruturas estará sujeita a licenciamento ambiental, segundo artigos 144 e 145 da Lei Municipal 1.209/2019, assim como o dever de compensar, na forma do art. 121 do mesmo diploma legal.

Art. 23 º - As espécies exóticas preexistentes, quando ao reconhecimento da RPPN, deverão ser erradicadas, conforme previsto no Plano de Manejo aprovado.

Parágrafo único - O projeto de restauração somente utilizará espécies nativas dos ecossistemas em que está inserida a RPPN e privilegiará o sistema de sucessão natural.

Art.24º- A pesquisa científica em RPPN deverá ser estimulada e dependerá de autorização prévia do proprietário.

§ 1º- A realização de pesquisa científica independe da existência de plano de manejo.

§ 2º- O plano de manejo deverá indicar as prioridades de pesquisa e, se envolver coleta, os pesquisadores deverão adotar os procedimentos exigidos na legislação pertinente.

Art.25º- Ficam vedadas a existência e a instalação de criadouros em Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipais.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

Parágrafo único - Excetuam-se da proibição prevista no *caput* deste artigo os criadouros científicos vinculados a planos de recuperação de populações de animais nativos localmente ameaçados, ou de programas de repovoamentos de áreas por espécies em declínio na região, de acordo com estudos técnicos prévios aprovados pelo Órgão Municipal de Meio Ambiente.

Art.26º- A reintrodução de espécies silvestres em RPPN somente será permitida mediante estudos técnicos e projetos específicos, aprovados pelo órgão ambiental competente, que comprovem a sua adequação, necessidade e viabilidade.

Art.27º- A soltura de animais silvestres em RPPN será permitida mediante autorização do órgão ambiental competente e de avaliação técnica que comprove, no mínimo, a integridade e sanidade físicas dos animais e sua ocorrência natural nos ecossistemas onde está inserida a RPPN.

§ 1º- Identificado algum desequilíbrio relacionado à soltura descrita no caput deste artigo, a permissão será suspensa e retomada somente após avaliação específica.

§ 2º- O órgão ambiental competente organizará e manterá cadastro das RPPN interessadas em soltura de animais silvestres, orientando os proprietários e técnicos de RPPN sobre os procedimentos e critérios a serem adotados.

Art.28º- Será permitida a instalação de viveiros de mudas de espécies nativas dos ecossistemas onde está inserida a RPPN, quando vinculadas a projetos de recuperação de áreas alteradas dentro da unidade de conservação.

§1º- Será permitida a coleta de sementes e outros propágulos no interior da RPPN exclusivamente para a atividade prevista no caput deste artigo.

§2º- Poderá haver o plantio de mudas na RPPN, por terceiros, desde que oriundas do dever de compensar (art. 121 da Lei Municipal 1.209/2019) e de acordo com o Plano de Manejo.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

CAPÍTULO II

DO PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO ÀS RESERVAS PARTICULARES DE PATRIMÔNIO NATURAL

Art. 29º - Fica instituído o Programa Municipal de Apoio às Reservas Particulares do Patrimônio Natural, sobre a coordenação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 30º - O programa tem por objetivo apoiar os proprietários na implementação de RPPN, por meio das seguintes ações:

I - comunicar aos órgãos fiscais competentes a existência da Unidade de Conservação no sentido de viabilizar a isenção tributária, em especial do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR em relação à porção da RPPN;

II - conceder ao proprietário da RPPN, um ano após a aprovação do Plano de Manejo, o título de Reconhecimento pela Ação Voluntária em Prol da Conservação da Biodiversidade, após vistoria técnica que comprove a manutenção ou recuperação da qualidade do ambiente;

III - criar Selo de Responsabilidade Ambiental que poderá ser creditado às RPPN que demonstrem as boas práticas do manejo e conservação dos recursos naturais, agregando valor aos produtos e serviços originários destas.

IV - fortalecer a organização associativa dos proprietários de RPPN no Município e apoiar sua estrutura;

V - apoiar os proprietários de RPPN, bem como iniciativas de capacitação de suas equipes de trabalho;

VI - apoiar os proprietários de RPPN e seus parceiros na elaboração e encaminhamento de projetos para captação de recursos locais, estaduais, federais e internacionais, em especial junto ao Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA;

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

VII - incentivar a assinatura de convênios, ajustes e acordos entre os responsáveis pelas RPPN e órgãos públicos, em especial as Instituições Municipais, bem como organizações privadas, instituições de ensino e pesquisa e outras que possam contribuir para sua implementação;

VIII - destinar, sempre que possível, os materiais, equipamentos e instrumentos apreendidos em ações de fiscalização ambiental para utilização e contribuição na implementação das RPPN;

IX - apoiar a divulgação das RPPN, seus objetivos e importância, através de campanhas sistemáticas e permanentes, que tenham por público alvo a sociedade e os órgãos públicos;

X - realizar a fiscalização das RPPN e seu entorno, articulando ação conjunta com os demais órgãos públicos fiscalizadores do meio ambiente, com vistas à otimização de resultados;

XI - implementar ações para que a Polícia Militar Ambiental do Município priorize a fiscalização nas RPPN;

XII - intermediar junto aos proprietários, a manutenção das estradas de acesso às RPPN, bem como a implantação e sinalização informativa, nas estradas e rodovias;

XIII - buscar prioridade na concessão de créditos em instituições oficiais;

XIV - facilitar a isenção de taxas ambientais em relação à propriedade onde estiver contida a RPPN;

XV - estimular e incentivar o desenvolvimento de atividades de ecoturismo e educação ambiental.

XVI - O município deverá promover estudos e propor ajustes nas políticas públicas municipais, em especial naquelas voltadas à conservação ambiental, educação ambiental, corredor de biodiversidade, recursos hídricos, servidão florestal e fixação de carbono, dentre outras, visando fortalecer a implementação das RPPN.

XVII - adequação das normas municipais ou a edição de norma específica que estabeleça as bases de apoio à conservação da natureza em RPPN, respeitada a legislação vigente;

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

XVIII - inclusão de programas, projetos e de atividades de apoio à conservação da natureza em áreas particulares no planejamento orçamentário plurianual;

XIX - aprovação de projetos específicos com os respectivos planos de aplicação de recursos oriundos da proteção da biodiversidade, dos recursos naturais, produtos e dos serviços ambientais em áreas privadas;

Seção II

DO APOIO E INCENTIVOS

Art. 31º - No caso de empreendimento com significativo impacto ambiental que afete diretamente a RPPN, o licenciamento ambiental fica condicionado à prévia consulta ao Orgão Estadual e Municipal competente, bem como ao seu proprietário, devendo a mesma ser uma das unidades de conservação beneficiadas pela respectiva compensação ambiental, conforme definido na Lei Municipal 1.209/2019, com alterações impostas pela Lei Municipal 1.355/2021.

Parágrafo único - Os recursos provenientes de compensação ambiental poderão ser empregados na preservação dos recursos ambientais da RPPN.

Art. 32º - A área da RPPN, tanto as já criadas quanto as que vierem a ser, que exceder ao mínimo legalmente previsto de reserva legal do imóvel poderá ser cedida para outro imóvel que precise complementar sua própria reserva legal, desde que mantidas as restrições previstas em lei e respeitadas as demais determinações legais e regulamentares.

Art. 33º - Os projetos referentes à implantação e gestão de RPPN terão análise prioritária para fins de projetos ambientais.

Art. 34º - No caso da RPPN estar inserida em mosaico de unidades de conservação, o seu representante legal tem o direito de integrar o conselho de mosaico, conforme previsto no art. 9º do Decreto no 4.340, de 2002.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

Art. 35º - Ao proprietário de RPPN é facultado o uso da logomarca da Prefeitura do Município nas placas indicativas e no material de divulgação e informação sobre a unidade de conservação, bem como dos demais órgãos integrantes do SNUC, caso autorizado.

Art. 36º - O proprietário de RPPN poderá receber materiais, equipamentos e instrumentos apreendidos em ações de fiscalização ambiental para utilização e contribuição na implementação da RPPN;

Art. 37º - As multas decorrentes de infrações ambientais, impostas pelo município, poderão ser convertidas em bens, serviços e benfeitorias para RPPN, conforme art. 154, §2º da Lei Municipal 1.209/2019.

Art. 38º - O órgão, entidade ou empresa, pública de competência municipal ou privada, situada no município, responsável pelo abastecimento de água ou pela geração e pela distribuição de energia, que faça uso de recursos hídricos, e seja beneficiário da proteção proporcionada pela RPPN, deverá contribuir financeiramente para sua proteção e implementação, de acordo com o disposto em normas específicas.

Art. 39º - As RPPN poderão ter prioridade na concessão de recursos financeiros ou apoio técnico nos projetos ou programas oficiais voltados a conservação da natureza e dos recursos hídricos do município.

Art. 40º - O município beneficiário do Programa Estadual do ICMS Ecológico priorizará a manutenção da qualidade ambiental das áreas protegidas, visando ao aumento do seu Índice Ambiental para cálculo do repasse.

Art. 41º - Anualmente a Secretaria Municipal de Meio Ambiente avaliará a RPPN verificando as suas condições de conservação ecológica, bem como a destinação dos recursos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS Ecológico declarado pelo município, sendo o resultado da avaliação considerado como fator variável fundamental para a fixação do recurso a ser repassado para as RPPN abrangidas no município.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42º - O não cumprimento do disposto neste Decreto e nas demais normas pertinentes sujeitará o infrator às sanções administrativas (preferencialmente aquelas cominadas na Lei Municipal 1.209/2019) e judiciais, civis e penais cabíveis, além da perda dos benefícios que tiverem sendo concedidos em função da RPPN, bem como o ressarcimento aos cofres públicos dos benefícios indevidamente auferidos.

Art. 43º - O representante legal da RPPN será notificado ou autuado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com relação a danos ou irregularidades praticadas na RPPN.

Art. 44º - As Instruções Normativas referidas nos artigos 12 e 13 deverão ser publicadas em até 45 (quarenta e cinco dias) a contar da publicação deste Decreto.

Art. 45º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mangaratiba, 20 de maio de 2022.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

LEI N.º 1.431, DE 27 DE MAIO DE 2022.

"INSTITUI QUE PROCEDA COM A REGULAMENTAÇÃO PARA CRIAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA QUE FAVOREÇA A PRÁTICA DE FUTEBOL FEMININO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O Prefeito do Município de Mangaratiba, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte

Lei

Art. 1°. Esta Lei institui que proceda com a criação de Políticas Públicas de incentivo a prática de Futebol Feminino.

Art. 2°. Consiste na Política Pública ora criada para fomentar o esporte feminino, especialmente o futebol.

Art. 3º. O incentivo à Prática de Futebol Feminino de que se trata esta Lei deverá ser desenvolvida em todo âmbito do Município.

Art. 4º. Nenhuma criança e adolescente poderão frequentar a escolinha de futebol sem estar matriculado em escolas.

Art. 5º. Para esta Lei entrar em vigor a escolinha de futebol feminino será um espaço destinado a crianças e adolescentes entre 7(sete) e 17(dezessete) anos;

Art. 6º. A escolinha proporcionará educar através do esporte respeitando o desenvolvimento motor adequado a cada faixa etária.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

Art. 7º. As ações da Escolinha de Futebol Feminino deverão observar os seguintes princípios:

I- Respeito e a garantia à dignidade

II- Respeitar o acesso de todas as meninas e jovens que procurarem a Escolinha;

III- Promoção de convivência, socialização e atividades;

IV- A garantia de supressão de todo e qualquer ato violento e de comprovação vexatória de necessidade;

Art. 8º. A escolinha de futebol deverá respeitar e garantir direitos laborais, físicos e morais das atletas.

Art. 9º. A escolinha de futebol buscará novos talentos visando contribuir a criação de novas gerações do futebol feminino.

Art. 10. O Município através da Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer fiscalizará a execução da Escolinha de Futebol nos campos cedidos/particulares.

Art. 11. O professor, a alimentação, contratação de pessoal,os materiais necessários à instalação da escolinha serão de responsabilidade do Município buscando parcerias com setores privados.

Art. 12. O Poder Executivo regulamentará no que couber a presente Lei.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Mangaratiba, 27 de maio de 2022.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

LEI N.º 1.423, DE 27 DE MAIO DE 2022.

"AUTORIZA, A CRIAÇÃO DO GRUPAMENTO DE APOIO AO TURISTA, NO ÂMBITO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que, a Câmara Municipal de Mangaratiba aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada, no âmbito do Município de Mangaratiba, a criação do Grupamento Municipal de Apoio ao Turista – GMAT, para a prestação de serviços de atendimento aos turistas e visitantes, orientação deste público, direcionamento aos pontos turísticos onde são oferecidos os produtos e serviços de entretenimento familiar disponibilizados pelos distritos de Mangaratiba e para assistência quanto a promoção da ordem pública na cidade.

§ 1º Para que se viabilize a interação efetiva e comunicação apropriada, os servidores que integrarão o Grupamento Municipal de Apoio ao Turista deverão se enquadrar em ao menos uma das categorias abaixo:

I) Ser fluente ou ter noções avançadas de um ou mais idiomas como inglês, espanhol e francês;
II) Ter formação e/ou cursos de resgate ou primeiros socorros;
III) Ter realizado cursos e/ou experiência na área de turismo ou hotelaria;
IV) Ter curso superior (concluído ou cursando);

§ 2º O Grupamento Municipal de Apoio ao Turista – GMAT, deverá atuar em sintonia com os organismos policiais do Estado, dentro de suas atribuições específicas.

§ 3º O Grupamento Municipal de Apoio ao Turista – GMAT colaborará, quando solicitado, com as tarefas atribuídas a Defesa Civil na ocorrência de calamidade pública ou grandes sinistros.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

Art. 2º A atuação do Grupamento Municipal de Apoio ao Turista – GMAT será coordenada pelas Secretarias Municipais de Segurança e Turismo, que deverão atuar de maneira conjunta na gestão do grupamento a fim de otimizar a implementação dos serviços do efetivo na cidade.

§ 1º A Secretaria de Turismo será responsável pela gestão da sincronização de informações turísticas e itinerários, a serem repassados aos integrantes do Grupamento, para que estes direcionem e orientem os turistas.

§ 2º A Secretaria Municipal de Segurança Pública será responsável pela qualificação das equipes do Grupamento Municipal de Apoio ao Turista – GMAT, por meio de treinamentos a serem oferecidos internamente por instrutores, líderes e demais membros da Guarda Municipal de Mangaratiba quando aptos para aplicação dos treinamentos necessários.

Art. 3º O Grupamento Municipal de Apoio ao Turista – GMAT, será um grupamento especial da Guarda Municipal de Mangaratiba, de atuação estratégica nas áreas de Turismo e Segurança da cidade, objetivando, desse modo:

I - Prestar atendimento aos visitantes que chegam diariamente em Mangaratiba;

II - Oferecer o serviço de orientação sobre a cidade;

III - Prestar informações sobre serviços turísticos, desde que estes estejam inseridos nos cadastros da Secretaria Municipal de Turismo;

IV - Prestar suporte aos turistas e visitantes quando em caso de sinistros, orientando e direcionando estes aos órgãos policiais competentes do Estado;

V - Auxiliar na manutenção lei e da ordem nos principais pontos turísticos municipais, em benefício da população local, de turistas e visitantes e de todo patrimônio público, histórico e cultural de Mangaratiba.

Art. 4º As despesas inerentes a funcionalidade do Grupamento Municipal de Apoio ao Turista – GMAT deverão ser atendidas mediante análise das dotações orçamentárias vigentes a serem realizadas pelo Poder Executivo Municipal.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar parcerias e convênios com instituições públicas ou privadas para promover a melhoria dos serviços, realizar treinamentos e promover especializações efetivo do GMAT.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mangaratiba, 27 de maio de 2022.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

LEI N.º 1.424, DE 27 DE MAIO DE 2022.

INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA, O "DIA MUNICIPAL DO ADVOGADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Mangaratiba, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica instituído e incluído no Calendário oficial de eventos do Município de Mangaratiba, o Dia Municipal do Advogado, a ser comemorado, anualmente, em 11 de agosto.

Art. 2º - No Dia Municipal do Advogado, fica autorizada a realização de sessão solene comemorativa à data pela Câmara Municipal de Mangaratiba, com a possibilidade de concessão de uso da palavra a representantes da Ordem dos Advogados do Brasil ou indicados por esta entidade.

Parágrafo Único. Na impossibilidade de realização da sessão solene no dia 11 de agosto, o Presidente do Legislativo poderá fazer a sua convocação para outro dia do mês de agosto.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mangaratiba, 27 de maio de 2022.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

LEI N.º 1.425, DE 27 DE MAIO DE 2022.

CRIA O DIA DE COMBATE AO CÂNCER NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA.

O Prefeito Municipal de Mangaratiba, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituído e incluído no Calendário oficial de eventos do Município, o Dia Municipal de Combate ao Câncer a ser comemorado, anualmente, em 4 de fevereiro, tendo por objetivo aumentar a conscientização e o incentivo à atenção para o diagnóstico precoce e tratamento apropriado quanto ao câncer.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mangaratiba, 27 de maio de 2022.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

LEI N.º 1.429, DE 27 DE MAIO DE 2022.

"AUTORIZA A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "JOVEM SERVIDOR", DA CONTRATAÇÃO, SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO, DOS ESTUDANTES DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL NAS FUNÇÕES DE MENORES OU JOVENS APRENDIZES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NO ÂMBITO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Mangaratiba aprovou, e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a criação do programa "Jovem Servidor", que viabiliza a contratação, sem vínculo empregatício, de estudantes do Município de Mangaratiba, que estejam cursando o ensino público em nível fundamental ou médio de quaisquer dos cursos ora ministrados pela rede pública, na faixa etária de 14 (quatorze) a 24 (vinte quatro anos), para atuarem como menores ou jovens aprendizes no âmbito da Administração Pública Municipal, a serem devidamente treinados e supervisionados pela Secretaria na qual serão inseridos e tendo sua contratação regulamentada pelo Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Mangaratiba.

Parágrafo Único - A escolha e treinamento dos estudantes candidatos à prestação dos serviços deverá ser efetuada pela repartição pública na qual o estudante será inserido, mediante ao levantamento de dados escolares dos alunos, tendo como principais parâmetros eletivos o que se segue:

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

I) Registro de Assiduidade em sala de aula;

II) Rendimento e Desempenho nas atividades escolares;

III) Índice de destaque em termos de responsabilidade estudantil;

IV) Relatórios de comportamento e conduta nas unidades escolares;

V) Participação colaborativa voluntária junto à comunidade;

Art. 2º - Os estudantes mencionados no artigo 1º desta lei executarão, objetivando o aprendizado e desenvolvimento de uma atividade extracurricular, serviços gerais nas áreas de contabilidade, tesouraria, departamento pessoal, secretaria, cadastro, monitoria e outros, de acordo com a eventualidade e o setor no qual será inserido.

Art. 3º - Pela prestação de serviços, o jovem ou menor aprendiz poderá receber mensalmente, a título de bolsa, o equivalente ao nível I, constante no Plano de cargos, funções e vencimentos da Prefeitura Municipal de Mangaratiba.

Art. 4º - Os serviços de aprendiz poderão ser prestados de forma voluntária pelos estudantes, mediante ao interesse destes, desobrigando assim a remuneração para estes por parte da administração pública municipal.

Parágrafo Único: O processo de Regulamentação da contratação de estudantes que se apresentem como voluntários para executar os serviços de aprendizes ou estagiários deverá ser semelhante ao processo de contratação dos demais estudantes, com atenção a cláusula de voluntariado, que deverá ser assinada pelo estudante em reconhecimento ao fato de que seus serviços não geram obrigação de remuneração por parte da administração pública.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

Art. 5º - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Compromisso entre Município e aprendiz, que poderá ocorrer por intermédio de agentes de integração entre estudantes e organizações, onde serão estabelecidas em cláusulas, as responsabilidades das partes, vigência do termo, causas que podem ocasionar a cassação de sua vigência, área de atuação, horários de serviços e outras informações necessárias ao fiel cumprimento do trabalho e a execução dos serviços.

Art. 6º - Para fazer face as despesas decorrentes com os aprendizes, caso não sejam voluntários, será autorizada a celebração de parcerias e convênios entre possíveis incentivadores do programa, bem como por meio da utilização de dotação orçamentária própria, de acordo com as determinações estabelecidas pelo Poder Executivo Municipal de Mangaratiba.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mangaratiba, 27 de maio de 2022.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

LEI N.º 1.430, DE 27 DE MAIO DE 2022.

"INSTITUI A LIBERAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PARA ALOCAÇÃO DE EXPOSITORES LITERÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA**, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica instituída a liberação da utilização de espaço público de dimensões pré-determinadas para implementação de expositores literários nos principais pontos comuns dos distritos de Mangaratiba.

Parágrafo Único: O espaço instituído pelo Caput deste artigo terá como dimensão máxima a medida de 1,5 m², e será utilizado para abrigar dispositivos que exponham livros destinados à utilização comum pela população, a serem disponibilizados em praças e pontos de encontro social comuns do município de Mangaratiba por doadores, bem como organizações sem fins lucrativos, que distribuam estes dispositivos de maneira gratuita.

Art. 2º Os munícipes e Organizações sem fins lucrativos que disponibilizarem de dispositivos tratados no artigo 1º desta Lei, poderão utilizar o espaço público não excedente ao previsto no parágrafo único do referido artigo, para distribuição de seus expositores, que deverão ser previamente cadastrados junto ao Poder Público, bem como seus proprietários, tanto quando se tratar de pessoa física quanto jurídica.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

Art. 3º Os proprietários dos expositores serão os únicos e exclusivos responsáveis pela instalação, manutenção e eventual remoção dos dispositivos dos locais onde estes serão alocados, mantendo a obrigação de estarem dentro do padrão sanitário vigente no período de disponibilização destes e observando os cuidados ao cumprimento das obrigações previstas na legislação municipal vigente de modo que a presença desses expositores não venha a incorrer em depredação do patrimônio público da cidade e/ou desordem do local onde foi alocado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mangaratiba, 27 de maio de 2022.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

LEI N.º 1.432, DE 27 DE MAIO DE 2022.

"INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA O DIA DO VIZINHO, NA FORMA QUE INDICA."

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica instituído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Mangaratiba o Dia Municipal do Vizinho, a ser celebrado, anualmente, no dia 08 de agosto.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar eventos ou estimular a população a celebrar, através de atividades lúdicas ou de interação comunitária.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mangaratiba, 27 de maio de 2022.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

LEI N.º 1.434, DE 27 DE MAIO DE 2022.

"INSTITUI A CRIAÇÃO DOS TÍTULOS DE "EMPRESA CRIANÇA" E "AMIGO DA CRIANÇA", PARA EMPRESAS E CIDADÃOS QUE EFETUAREM DOAÇÕES PERIÓDICAS DE CESTAS BÁSICAS PARA CRIANÇAS DE FAMÍLIAS CARENTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Mangaratiba aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1°. - Fica instituído o título de "Empresa Criança", para as pessoas jurídicas, e de "Amigo da Criança", para as pessoas físicas, que efetuarem doações periódicas de cestas básicas para Crianças e Adolescentes oriundas de famílias carentes do município de Mangaratiba.

Parágrafo 1°. – A seleção das crianças e adolescentes a serem contempladas com as doações deverá ser realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, mediante a promoção de sorteio a ser efetuado entre cadastrados nos programas assistenciais para famílias de baixa renda do município.

Parágrafo 2°. - O título será concedido em forma de diploma, em fino acabamento, com inscrições esteticamente elaboradas, constando o nome da empresa ou cidadão e citando a presente Lei, mediante a constatação do tempo mínimo de 6 (seis) meses do exercício das doações.

Parágrafo 3°. – O título será concedido anualmente às empresas ou cidadãos que contribuírem com doação mínima mensal de uma cesta básica média para a criança ou adolescente oriundo de família carente, que esteja devidamente matriculado na rede pública de ensino municipal.

Parágrafo 4°. – O título de "Empresa Criança" será concedido às empresas mediante a execução de contribuições na proporção que se segue:

I) 1 (uma) Cesta Básica a cada 20 (vinte) funcionários.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

Art. 2°. - A empresa detentora do título de "Empresa Criança", estará autorizada a utilizá-lo para fins de propaganda e divulgação durante o período em que se mantiver com doadora, cessando esse direito no ato do encerramento das doações.

Parágrafo Único – Mediante avaliação e determinação do Poder Executivo Municipal, poderá ser concedido o título de "Amigo da Criança" aos diretores da empresa colaboradora.

Art. 3°. - Os diplomas serão confeccionados pelo Poder Público Municipal e outorgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 4°. - A concessão dos títulos será feita de forma pública e solene, aberta a cobertura e divulgação pela imprensa, sob a coordenação da Câmara Municipal de Mangaratiba e do Poder Executivo Municipal, executada pela Secretaria Municipal de Finanças e Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.

Art. 5° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mangaratiba, 27 de maio de 2022.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

LEI N.º 1.435, DE 27 DE MAIO DE 2022.

"INSTITUIR NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO A SEMANA DE VALORIZAÇÃO DOS ARTISTAS LOCAIS"

O Prefeito Municipal de Mangaratiba, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º. Fica instituído no Calendário Oficial a Semana de Valorização dos Artistas Locais.

Art. 2º. Durante a semana que se refere o artigo anterior serão realizados eventos, shows, apresentações pelo Poder Publico Municipal através da Secretaria Municipal de Cultura com finalidade de promover os artistas locais.

Art. 3º. Todos os eventos, shows, apresentações previstas no artigo anterior serão realizados exclusivamente pelos artistas locais.

Art. 4º. Todos os artistas locais deverão se inscrever e terão a oportunidade de visibilidade, alcançando patrocínios e contratos a parte.

Art. 5º. Estabelecer com a criação de um banco de dados com o cadastro de todos os artistas que servirá como instrumento de contratos e destinação financeira.

Art. 6º. A secretaria de Cultura ficará incumbida de mapear os artistas locais.

Art. 7º. Promover incentivo para que os artistas locais apresentem seus trabalhos.

Art. 8º. Compete ao Poder Executivo regulamentar a Lei.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Mangaratiba, 27 de maio de 2022.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

LEI N.º 1.436, DE 27 DE MAIO DE 2022.

"Implementar o Projeto Resgatando Cultura em todos os distritos do Município de Mangaratiba"

O Prefeito do Município de Mangaratiba, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte

Lei:

Art. 1°. Fica instituído a implementação do Projeto Resgatando Nossa Cultura (Lona Cultural Itinerante).

Art. 2°. Os objetivos deste Projeto serão de realizar e difundir atividades que resgatem a cultura e arte em todos os distritos do município;

Art. 3º. Gerar recursos e movimentar a economia do Município;

Art. 4º. Proporcionar entretenimento para toda população;

Art. 5º. Serão abrangidos por este Projeto as seguintes áreas:

I- Música;

II- Teatro;

III-Fotografia

IV-Artes plásticas;

V-Literatura

VI-Folclore e artesanato;

Art. 6°. Estimular a participação de artistas locais;

Art. 7°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias

Mangaratiba, 27 de maio de 2022.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

LEI N.º 1.438, DE 27 DE MAIO DE 2022.

"INSTITUI A FIGURA DO ALUNO EXEMPLAR, A SER HOMENAGEADO E PREMIADO E PROFESSOR EXEMPLAR, A SER HOMENAGEADO NA FORMA ESTABELECIDA NESTA LEI. "

Art. 1º Fica instituída a figura do **Aluno Exemplar,** a ser escolhido, homenageado e premiado na forma estabelecida nesta Lei.

Art. 2º Serão considerados **Aluno Exemplar** os alunos do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino Público existente no Município que se classificarem até o décimo lugar, segundo a média aritmética das notas alcançadas em todas as matérias no decorrer de cada ano letivo, na ordem decrescente, classificando-se em primeiro lugar o aluno que obtiver a maior média aritmética das notas alcançadas em cada ano letivo.

Art. 3º A homenagem aos classificados na forma prevista no art. 2º desta Lei será prestada pela Câmara Municipal, em sessão solene realizada após o encerramento do ano letivo e antes do recesso parlamentar de final de ano, quando os homenageados receberão diploma individual de **Aluno Exemplar** do respectivo ano letivo.

Art. 4º VETADO

Art. 5º Aos professores dos alunos classificados como **Aluno Exemplar** será prestada homenagem mediante outorga de título de **Professor Exemplar** na mesma sessão solene prevista no art. 3º desta Lei.

Art. 6º Está Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mangaratiba, 27 de maio de 2022.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

LEI N.º 1.439, DE 27 DE MAIO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE ATENDIMENTO PREFERENCIAL ÀS PESSOAS COM FIBROMIALGIA E LÚPUS NOS LOCAIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Mangaratiba, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º. Fica instituído as pessoas com lúpus como destinatárias do direito de ter atendimento preferencial em órgãos públicos, empresas públicas, concessionárias de serviço público e empresas privadas durante todo o expediente.

Art. 2º. VETADO

Art. 3º. Determina a criação de um cadastro único das pessoas com lúpus, contendo informações sobre condições de saúde e necessidades especiais.

Art. 4º. Ficam assegurados as pessoas portadoras de lúpus eritematoso sistêmico os mesmos direitos das pessoas com deficiência física ou intelectual previsto na Constituição Brasileira.

Art. 5º. Os órgãos competentes deverão promover condições de necessidade de saúde e assistenciais.

Art. 6º. Os órgãos competentes deverão promover mecanismo de proteção.

Art. 7º. Compete ao Poder Executivo regulamentar a Lei.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Mangaratiba, 27 de maio de 2022.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

LEI N.º 1.441, DE 30 DE MAIO DE 2022.

" INSTITUI O PROGRAMA "CAVALO DE LATA", NO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA, VISANDO A REDUÇÃO E A SUBSTITUIÇÃO GRADATIVA DE ANIMAIS POR VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA E OU ELÉTRICA. "

O Prefeito Municipal de Mangaratiba, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1º- Fica instituído no Município de Mangaratiba, o programa denominado "CAVALO DE LATA", que tem por objetivo a redução de veículos de tração animal em circulação nas vias urbanas e a substituição destes, de forma gradativa, por veículos de tração mecânica e ou elétrica, mediante ações públicas a serem propostas pelo poder executivo.

Art. 2º- O município deverá adotar as seguintes medidas:

I – Cadastrar os condutores de veículos de tração animal.

II – Realizar, através de políticas pública, programas de educação social a fim de preparar os condutores de veículos de tração animal para atuarem no recolhimento, separação, armazenamento e reciclagem de resíduos, observando-se as políticas públicas de educação ambiental;

III – VETADO .

Art. 3º- O poder público poderá constituir parcerias com empresas públicas ou privadas a fim de elaborar o projeto e a montagem dos veículos, podendo os mesmos serem movidos por força elétrica ou mecânica, como no uso de pedais, através de propulsão humana ou não.

Art. 4º- As famílias cadastradas em programas sociais da Prefeitura Municipal de Mangaratiba, terão prioridades a este programa.
Parágrafo único: Para se fazer jus ao benefício deste programa, o contemplado deverá comprovar renda familiar de até 02 (dois) salários mínimos, apresentado no ato do cadastramento o documento que comprovem essa condição.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

Art. 5º- As despesas decorrentes a execução desta lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 6º- O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Art. 7º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mangaratiba, 30 de maio de 2022.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

LEI N.º 1.426, DE 27 DE MAIO DE 2022.

"INSTITUI O DIA MUNICIPAL EM MEMÓRIA ÀS VÍTIMAS DE COVID-19".

O Prefeito Municipal de Mangaratiba, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art.1º Fica instituído no município de Mangaratiba o dia 09 de abril como Dia Municipal em Memória às Vítimas de COVID-19.

Art. 2º A data do dia 09 de abril, o primeiro caso registrado de óbito no município de Mangaratiba, deve integrar o calendário oficial de eventos do município, visando além de respeitosa memória, desempenhar:

I - Incentivo a elaboração de campanhas educativas de saúde orientando na prevenção de doenças virais e/ou infecciosas emergentes e reemergentes;

II- Fomentar a importância de boas práticas de saúde e higiene de forma individual e coletiva na prevenção de doenças transmissíveis;

III - Valorização das instituições públicas da área de saúde no município;

IV - Refletir na importância da atenção básica no município e de todo nosso sistema público de saúde;

V - Promover políticas públicas cientificamente embasadas que possam contribuir antevendo e/ou fortificando melhor manejo de prováveis surgimentos de futuras endemias, epidemias e pandemias no município.

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mangaratiba, 27 de maio de 2022.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

LEI N.º 1.427, DE 27 DE MAIO DE 2022.

"INSTITUI O DIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA A GUARDA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Mangaratiba aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

LEI:

Art. 1º – Esta lei institui o "Dia Municipal de Segurança Pública", em homenagem à Guarda Municipal de Mangaratiba.

Art. 2º – Fica instituído o dia 11 de dezembro de cada ano, como **"O DIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA".**

Art. 3º – No dia municipal de segurança pública o poder público poderá promover, dentre outras as seguintes medidas, na forma da lei:

I - seminários e eventos de discussão sobre o tema;
II - solenidade de caráter civil nos órgãos públicos homenageando pessoas que praticaram atos meritórios que contribuíram para a segurança pública;
III - instituição de medalha do mérito da segurança pública em nível municipal;
IV - homenagem aos servidores que foram vitimados na defesa da sociedade;
V – instituição de programas educativos nas escolas do município de Mangaratiba;

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na sua data de publicação.

Mangaratiba, 27 de maio de 2022.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

LEI N.º 1.428, DE 27 DE MAIO DE 2022.

"Dispõe sobre a criação, no âmbito das escolas desse município que atendam o Ensino Fundamental, do programa chamado "Caça Talentos".

O prefeito do Município de Mangaratiba, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1°. Fica instituído o Projeto Caça Talentos que visa valorizar as diversas linguagens artísticas em nossas Escolas para o pleno desenvolvimento humano.

Art. 2°. Trata-se de um Projeto que viabilize o desenvolvimento do senso crítico, da sensibilidade, criatividade e expressão dos alunos da Rede Municipal de Ensino de Mangaratiba.

Art. 3°. O Projeto "Caça Talentos" será regido pelos princípios da educação inclusiva, justiça social, solidariedade, respeito às individualidades e a promoção do desenvolvimento intelectual e cultural de crianças e adolescentes, tendo como objetivos:

I - Valorizar os educandos da Rede Municipal;

II- Incentivar a criatividade e expressão;

III- Promover o desenvolvimento integral do educando;

IV- Envolver os estudantes em vivências que desenvolvam suas capacidades de ações reflexiva, crítica e transformadora;

V- Demonstrar e promover atividades culturais de caráter formativo e educacional sobre as diversas linguagens artísticas (músicas, artes visuais, dança e teatro) para o pleno desenvolvimento humano;

VI- Oferecer atividades artísticas com a finalidade de promover e estimular a criatividade, produção artística, conhecimento e práticas educativas no contexto cultural, a fim de diminuir os índices de evasão e repetência.

VII- Fomentar a inclusão.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

Art. 4º. Estão serão as modalidades a serem avaliadas:
I-Artista cover;
II-Peça teatral;
III-Coreografia com música;
IV-Instrumentista;
V-Poesias;
VI-Pintura.

Art. 5°. Para a efetividade deste Projeto contaremos com a participação dos educadores que deverão incentivar seus alunos a desenvolver uma expressão artística que será definida por segmento de ensino.

Art. 6°. Todos os alunos das Unidades de Ensino deverão se expressar artisticamente de forma não obrigatória. Cada escola irá escolher 01 (um) representante por segmento que concorrerá com outros alunos a premiação;

Art. 7°. Para culminância deste Projeto será escolhido uma banca para avaliação;

Art. 8°. Cada escola levará seus finalistas por modalidade para o evento de encerramento do projeto.

Art. 9°. Cada escola deverá zelar para que alunos deficientes também possam participar do projeto, com o objetivo de fomentar a inclusão.

Mangaratiba, 27 de maio de 2022.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

LEI N.º 1.433, DE 27 DE MAIO DE 2022.

"AUTORIZA A CRIAÇÃO DA CENTRAL DE EMPREGOS PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Mangaratiba aprovou, e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a criação da Central de Empregos para a Pessoa Com Deficiência, que viabiliza a integração entre empresas e instituições que contratem profissionais e trabalhadores PCD (pessoa com deficiência) que sejam residentes em Mangaratiba.

Art. 2º - A Central de Empregos para a Pessoa Com Deficiência poderá ser inserida no âmbito do balcão de empregos de Mangaratiba, mediante avaliação do poder Executivo Municipal.

Art. 3º - A sede da Central de Empregos para a Pessoa Com Deficiência deverá ser adaptada para acesso e trânsito irrestrito de pessoas com deficiência.

Art. 4º - Para fazer face as despesas decorrentes dessa lei, será autorizada a celebração de parcerias e convênios entre possíveis incentivadores do programa, bem como por meio da utilização de dotação orçamentária própria, de acordo com as determinações estabelecidas pelo Poder Executivo Municipal de Mangaratiba.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mangaratiba, 27 de maio de 2022.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

LEI N.º 1.440, DE 30 DE MAIO DE 2022.

"Institui que proceda com a regulamentação para criação de Mercado Municipal em todo os distritos do Município de Mangaratiba. "

O prefeito do Município de Mangaratiba, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

Lei:

Art. 1°. Esta Lei institui regulamentar a criação de Mercados Municipais em todos os Distritos do Município de Mangaratiba;

Art. 2°. O comércio nas dependências e instalações do Mercado Municipal do produtor será operado mediante permissão ou autorização de uso remunerado, outorgada pela Prefeitura a produtores e comerciantes;

Art. 3º. Os espaços delimitados no mercado Municipal do produtor estão assim concebidos:

I-box

II-loja;

III-módulo externo (comércio sobre rodas);

Art. 4º. VETADO

Art. 5º. A administração do Mercado Municipal será exercida pela Secretaria de Agricultura e Pesca;

Art. 6º. Cabe à administração, no exercício de suas funções:

I-Organizar, orientar, administrar e fiscalizar o comercio e serviços, de forma a possibilitar o total e adequado aproveitamento das dependências e instalações do Mercado Municipal;

II-Orientar toda estrutura administrativa interna do Mercado Municipal do produtor, no sentido de racionalizar as atividades;

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

III-Abalizar a atuação dos permissionários e autoritários aplicando as penalidades, ou solicitando a instância competente o cancelamento definitivo de permissão ou autorização de uso;

Art. 7º. É assegurado à Administração do Mercado Municipal do Produtor o direito de, a qualquer tempo e hora, ingressar nas áreas de comercialização, esteja ou não presente os permissionários, autorizado, ou preposto desde que seja para:

I-Examinar e/ou retirar gêneros sem as condições higiênico-sanitários necessárias à sua comercialização;

II-Fiscalizar a manutenção de higiene;

III-Proceder a outras fiscalizações necessárias;

IV-Atender a determinações emanadas de autoridades;

Art. 8º. O mercado Municipal do produtor funcionará, de domingo a sábado;

Art. 9°. O mercado do produtor colocará suas lojas e demais dependências à disposição do Produtor Rural, criador de suínos, caprinos, aves e rãs, pescador e artesão do Município;

Parágrafo único – VETEADO

Art. 10. O não cumprimento do disposto no §2º do Art.2º.implicará na proibição por 180 dias do uso das instalações para prática de comércio dos produtos de infrator;

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Mangaratiba, 30 de maio de 2022.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

EXPEDIENTE

Órgão Responsável:
Secretaria de Comunicação

Jornalistas Responsáveis:

Nivea Marques
Talita Girão

Edição e Revisão:
Jean Carlos Maia
Jessica Mendes Rodolfo

Diagramação:
Claud Bernard Filho

Fotografia:
Jonathan Abade
Renan Ferreira Vasconcellos

Impressão:
Secretaria de Comunicação

Versão Digital
www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal